

Governo tenta cobrir rombo de US\$ 13,6 bi

Sandro Silveira

Reuniões governamentais nos próximos cinco dias definem "pacote" de ajuste fiscal de pelo menos 13 bilhões e 600 milhões de dólares para 1994. Com extrema sorte, pode-se atingir mais de 25 bilhões de dólares. As medidas envolvem corte de gastos, aumento de alíquotas de impostos, ampliação do programa de privatização e, dependendo de fatores essencialmente políticos, reforma administrativa.

Interlocutor direto do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso afirmou que devido a inúmeras dificuldades, este esforço será insuficiente para cobrir o rombo orçamentário de 1994, estimado em 25 bilhões de dólares. Por isso, reforçou a necessidade de o Congresso Nacional aprovar reforma fiscal ainda este ano, para vigorar no próximo. "Não há outra alternativa", admitiu.

As medidas do pacote serão anunciadas isoladamente. Algumas delas podem entrar em vigor ainda este ano, pois independem de aprovação pelo Congresso Nacional. Uma delas é o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O setor mais visado é o de bebidas, mas produtos supérfluos, como cosméticos e cigarros devem ser atingidos.

Tempo — Outra medida que deve ser adotada este ano é a elevação da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Além disso, sua incidência seria estendida para aplicações atualmente isentas, como o Fundo de Commodities. O objetivo, nesse caso, seria cobrir parte do rombo de um bilhão e 600 milhões de dólares, deixado pela suspensão da cobrança do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

"O Governo Federal está correndo contra o tempo", afirmou o

assessor ministerial. "Missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) chega até o final deste mês, seguida de seu diretor-gerente, Michel Camdessus. Precisamos ter um quadro econômico um pouco melhor definido para podermos negociar um acordo que tem prazo para ser fechado: fevereiro do ano que vem", argumentou.

Quanto mais tempo demora a definição das novas medidas, maior fica o rombo orçamentário deste ano, por falta de verbas para cobri-lo. A estimativa é de que fique entre seis bilhões e dez bilhões de dólares. O ajuste para o ano que vem é essencial para se obter êxito no combate à inflação e, conseqüentemente, o acordo com o FMI, reticente em aceitar carta de intenções com déficit orçamentário operacional (inclui encargos das dívidas interna e externa) elevado.